

A SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO FATOR FUNDAMENTAL PARA A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA

Expedita Torres Gonçalves ¹Rozilma Soares Bauer ²

RESUMO

A alfabetização e sua sistematização são imprescindíveis para o desenvolvimento cognitivo e educacional, destacando-a como base para o acesso à educação e participação social. Infelizmente a situação do nosso país é preocupante quanto aos baixos índices de habilidades em leitura e escrita esperadas ao final do 2º ano do ensino fundamental. Essa realidade ressalta a urgência de estratégias eficazes de alfabetização para reverter esse quadro. Nessa perspectiva, essa pesquisa busca refletir sobre a sistematização do processo de alfabetização, especificamente voltado para a aprendizagem da língua escrita na ortografia do Português Brasileiro e como a prática pedagógica auxilia o professor na construção e aplicação de estratégias em função da aquisição da língua escrita. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem metodológica qualitativa. Os estudos revelaram que os desafios da alfabetização no Brasil estão presentes desde os métodos iniciais até a influência de teorias contemporâneas. Aponta a “desmetodização” da escrita como um desafio significativo, resultando em falta de orientação metodológica. Destaca-se a necessidade e a urgência de estratégias eficazes de alfabetização diante dos altos índices de analfabetismo, reconhecendo a importância das práticas pedagógicas e ressaltando que o ciclo virtuoso iniciado pela valorização dos professores experientes; promoção de práticas pedagógicas eficazes; e divulgação de estratégias contribui, consideravelmente, para a qualidade da educação.

Palavras-chave: Sistematização do processo de alfabetização; Alfabetização no Brasil; Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A alfabetização é um marco fundamental no desenvolvimento cognitivo e educacional de indivíduos, servindo como alicerce para o acesso pleno à educação e à participação efetiva na sociedade. De acordo com Soares (2004, p. 11) “alfabetização é o processo de aquisição do sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica”. Assim, é importante dizer que a aprendizagem da língua escrita é um processo complexo que transcende a simples decodificação de símbolos.

¹ Graduada em Ciências com habilitação em Química pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança (FAFIBE), expeditatorres@gmail.com.

² Professora orientadora: Mestre e doutoranda em educação, graduada em Farmácia-Bioquímica pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), docente assistente IV da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), rozilmabauer@gmail.com

No contexto da língua portuguesa, a sistematização do processo de alfabetização representa um desafio multifacetado, suscitando questões fundamentais acerca da aprendizagem da língua escrita na ortografia do Português Brasileiro. Envolve a compreensão das regras ortográficas, o desenvolvimento da fluência na leitura e a capacidade de expressar ideias de forma clara por meio da escrita. Dessa forma, a sistematização do processo de alfabetização não apenas influencia diretamente o sucesso acadêmico, mas também tem implicações profundas na formação do indivíduo como cidadão capaz de comunicar-se eficazmente em uma sociedade letrada.

No Brasil, as primeiras tentativas de organizar sistematicamente a educação, surgiram por volta de 1876, juntamente com os movimentos pela formação da República, com a implementação dos primeiros métodos do ensino de leitura por meio do alfabeto.

Segundo alguns autores, estes métodos eram baseados no aspecto fônico (som das palavras, na soletração e na silabação, com a utilização dos ditados e das cópias).

No entanto, foi no Séc. XX que se deu a origem do termo “alfabetização”, em decorrência da preocupação da expansão do uso dos métodos de ensino.

A fase seguinte foi marcada pela introdução da psicologia científica, mesclada pela influência de diferentes teorias e abordagens que tentam explicar e entender esse processo, incluindo a teoria cognitiva de Jean Piaget, a teoria do desenvolvimento psicossocial de Erik Erikson, a psicogênese da língua escrita de Emília Ferreira, o Letramento de Magda Soares, entre outras. Por conseguinte, teoricamente, conhecer determinadas concepções, teorias e tendências viabiliza o abastecimento do mercado educacional com profissionais aptos à execução das melhores práticas de alfabetização.

No entanto, Moraes (2012, p.24) vem refletir a cerca desses aportes:

Com a chegada das novas perspectivas teóricas (psicogênese da escrita, na psicologia, teorias da enunciação e do discurso, na linguística), que punham em xeque os velhos métodos de alfabetização, muitos educadores passaram não só a questionar e negar o uso de tais métodos, o que nos parece muito acertado, mas a apostar numa “alfabetização sem metodologia”, sem plano de atividades intencionalmente concebidas para ensinar a escrita alfabética.

A “desmotodização” da escrita emerge como um desafio significativo, destacando-se pela incerteza que permeia o processo de ensino da alfabetização. A falta de metodologias claras e consolidadas cria um cenário de indefinição sobre como e o que ensinar, instigando uma reflexão profunda sobre as práticas educacionais. A

ausência de direcionamentos específicos dificulta a construção de bases sólidas para a aquisição da escrita, deixando educadores e aprendizes em busca de abordagens eficazes. A necessidade de refletir sobre como superar essa falta de orientação metodológica é indispensável para promover uma educação mais eficiente e adaptável.

Nesse contexto, percebe-se que historicamente o processo de alfabetização no Brasil tem enfrentado problemas de diversas naturezas, quer seja pelas políticas inadequadas de educação para esse nível, ou mesmo pelo uso de metodologias distanciadas das necessidades dos alfabetizandos, o que tem contribuído para manutenção de altos índices de analfabetismo no país.

Nessa perspectiva, essa pesquisa busca refletir sobre a sistematização do processo de alfabetização, especificamente voltado para a aprendizagem da língua escrita na ortografia do Português Brasileiro, tendo como objetivo geral: Reconhecer a importância das práticas pedagógicas no processo ensino aprendizagem sistematizado da língua escrita e como objetivos específicos: Refletir acerca da história e evolução da alfabetização no Brasil; Fundamentar teoricamente as diferentes abordagens que contribuíram para o processo de sistematização da aquisição da língua escrita no Brasil; Demonstrar como a prática pedagógica contínua auxilia o professor na construção de estratégias de sistematização da língua escrita.

METODOLOGIA

Buscando contribuir diretamente para a prática educacional ao investigar e propor estratégias para a sistematização do processo de alfabetização, a pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, de cunho exploratório no que se refere aos seus objetivos visando compreender mais profundamente o papel das práticas pedagógicas na alfabetização onde foram aplicadas estratégias inovadoras e que se adequam aos alunos, respeitando as fases em que estão. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006), as pesquisas aplicadas voltam-se à aquisição de conhecimentos em situações específicas, com vistas à sua aplicação nesse contexto.

O cenário da pesquisa foram cinco salas de 2º ano do ensino fundamental, todas da zona rural da cidade de Bom Lugar, Maranhão, onde cinco professores foram entrevistados. De acordo Gil (2007), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa que permite uma compreensão aprofundada do fenômeno em estudo, enfatizando a qualidade das informações coletadas e a interpretação dos significados subjacentes. Explora os diversos significados associados a uma determinada causa, considerando motivos, crenças, valores e atitudes (GERHARDT ET AL., 2009).

Em relação aos procedimentos a pesquisa é bibliográfica, que segundo Severino (2007, p.112), é aquela que se realiza a partir do “registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc”. A metodologia utilizada consiste na exposição de obras e pesquisas que investigam o processo de apropriação da língua escrita, a sistematização do processo de alfabetização, os desafios e perspectivas das práticas pedagógicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

BREVE HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Desde o início da colonização no Brasil, a universalização da escolaridade não foi uma prioridade dos governantes. No período imperial, a educação, de natureza religiosa, era destinada principalmente ao sexo masculino, à população branca e aos filhos da elite colonial. Na década de 1930, impulsionados pelos movimentos escolanovistas, surgiram esforços pela democratização da educação pública e pelo aprimoramento do acesso para todos. Nesse contexto, as práticas de leitura e escrita foram formalizadas, passando a ser ensinadas e aprendidas de maneira sistemática e intencional.

Em 1934, a Constituição desse ano e o Plano Nacional da Educação foram elaborados, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino primário gratuito. Somente em 1937, com a instauração do Estado Novo, o ensino para as classes menos privilegiadas tornou-se compulsório como um dever do Estado. Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024 de 20/12/61), garantindo o direito à educação. Em 1971, entrou em vigor a Lei 5.692, de 11 de agosto daquele ano, que destacava, entre outros objetivos, a preparação para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1961, 1971).

Em 1988, a Constituição Federal consolidou a educação como um direito de todos e um dever do Estado (BRASIL, 1988), resultando na criação da LDBEN

9.394/96 (BRASIL, 1996) após intensos debates e discussões. A partir desses dois marcos legais, diversas políticas públicas foram implementadas para atender ao princípio legal do direito de acesso à escola pública com qualidade para todos.

Homologada em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os alunos da Educação Básica devem desenvolver ao longo de sua formação escolar no Brasil. Esse documento não determina as metodologias de ensino nem práticas pedagógicas, mas, sim os conteúdos que devem ser abordados em cada ano da educação infantil, do ensino fundamental e médio. E no que se refere a alfabetização, a BNCC afirma que:

Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua (BRASIL, 2018, p. 89-90).

Diante dos desafios que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos relacionados aos baixos resultados e dados da educação de crianças na fase da alfabetização (que se agravou com a pandemia) como mostram os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 60,2% das crianças ao final do 2º ano do ensino fundamental estavam alfabetizadas em 2019, enquanto que em 2021 apenas 43,6% atingiram as habilidades de leitura e escrita esperados. Tornou-se urgente uma nova política de alfabetização a fim reverter esse quadro. Posto isso, o Ministério da Educação lançou em 2023 o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, tendo como foco alfabetizar na idade prevista na BNCC, até o fim do 2º ano do ensino fundamental.

SISTEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Desde as primeiras formas de comunicação pictográfica, encontradas em cavernas pré-históricas, até os sistemas alfabéticos complexos que temos hoje, a escrita tem sido uma ferramenta fundamental para registrar informações, preservar a cultura e transmitir conhecimento.

Baseado na correspondência entre os sons da fala e os símbolos gráficos (letras), esse sistema é uma ferramenta poderosa que possibilita a representação da linguagem de maneira escrita. Cada letra do alfabeto tem sua própria identidade sonora, e a combinação dessas letras forma sílabas, palavras e, por fim, textos completos.

Ao falar de sistema de escrita alfabética no Brasil, é impossível não citar a utilização de cartilhas. E segundo Mortatti (2000), as primeiras cartilhas brasileiras adotavam abordagens sintéticas, introduzindo o ensino da leitura e escrita com a apresentação das letras e seus respectivos nomes. Posteriormente, os alunos aprendiam as famílias silábicas e a leitura de palavras formadas por essas sílabas, culminando no aprendizado de frases isoladas. No aspecto da escrita, as ênfases recaíam na caligrafia, cópia, ditados, formação de frases, ortografia e na correta grafia das letras.

Embora as cartilhas tenham desempenhado um papel importante no passado, debates contemporâneos questionam sua eficácia isolada.

Dentro da sistematização da escrita alfabética temos a teoria da psicogênese da escrita por Ferreiro e Teberosky (1979 *apud* MORAIS, 2012), amplamente reconhecida no contexto educacional brasileiro. Para Emília Ferreiro as cartilhas oferecem um universo artificial e desinteressante. A partir do início da década de 1980:

[...] introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas pela pesquisadora argentina Emilia Ferreiro e colaboradores. Deslocando o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança (sujeito cognoscente), o construtivismo se apresenta, não como um método novo, mas como uma “revolução conceitual”, demandando, dentre outros aspectos, abandonarem-se as teorias e práticas tradicionais, desmetodizarem o processo de alfabetização e se questionar a necessidade das cartilhas (MORTATTI, 2000, p. 10).

Tal teoria parte da ideia de que os conhecimentos desse sistema se constroem evoluindo em fases que são universais e comuns para todos os aprendizes de uma expressão linguística. Ferreiro e Teberosky estabelecem cinco níveis no desenvolvimento da escrita: desde os estágios iniciais, marcados por grafismos e rabiscos infantis, até fases mais avançadas, nas quais as crianças progredem gradualmente de concepções de escrita sem correspondência sonora para aquelas com essa correspondência, alcançando, por fim, o estágio princípio alfabético.

No entanto, vale ressaltar e levarmos em consideração as críticas elaboradas por Soares (2003), onde observa o “abandono” dos métodos de alfabetização e o questionamento da necessidade do uso das cartilhas:

Ninguém aprende a ler e a escrever se não aprender relações entre fonemas e grafemas para codificar e para decodificar. Isso é uma parte específica do processo de aprender a ler e a escrever. Linguisticamente, ler e escrever é aprender a codificar e a decodificar (SOARES, 2003, p. 17).

Para a autora (2003, p. 17) “é preciso ter as duas coisas: um método fundamentado na teoria e uma teoria que produza um método”. Soares afirma que com a teoria da aprendizagem construtivista, inspirada na concepção piagetiana de epistemologia genética, ou seja, a psicogênese da escrita alfabética de Ferreiro e Teberosky:

[...] os métodos viraram palavrões. Ninguém podia mais falar em método fônico, método silábico, método global, pois todos eles caíram no purgatório, se não no inferno. Isso foi uma consequência errônea dessa mudança de concepção de alfabetização. Por equívocos e por inferências falsas, passou-se a ignorar ou a menosprezar a especificidade da aquisição da técnica da escrita. Codificar e decodificar viraram nomes feios. 'Ah, mas que absurdo! Aprender a ler e escrever não é aprender a codificar e decodificar'. Aí é que está o erro (SOARES, 2003, p. 17).

É importante destacar que o domínio desse sistema vai além da simples decodificação. A alfabetização eficaz envolve também a compreensão do significado das palavras, a interpretação de textos e a capacidade de expressar ideias de forma clara e coesa. Nesse sentido, destaca-se as discussões de Magda Soares (2003) sobre o “Letramento”: “Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno.”

Magda Soares em seu livro *Alfabetização: a questão dos métodos* defende a necessidade de procedimentos explícitos, sistematizados e intencionais para assegurar o desenvolvimento das habilidades de decodificação e codificação nas crianças, fundamentais como alicerces para a fluência na leitura e escrita.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ALFABETIZAÇÃO

As práticas pedagógicas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do sistema de escrita em um ambiente educacional. A forma como os educadores abordam e ensinam a escrita tem implicações significativas no processo de alfabetização das crianças.

Segundo Zeichner (1993) no que tange o professor como prático reflexivo:

[...] reconhece a riqueza da experiência que reside na prática dos bons professores. Na perspectiva de cada professor, significa que o processo de compreensão e melhoria do seu ensino deve começar pela reflexão sobre a sua própria experiência (p.13).

É necessário atrelar conhecimentos teóricos e práticos em situações concretas de aprendizagem. É necessário também adotar práticas pedagógicas que sejam inclusivas, diferenciadas e sensíveis ao desenvolvimento individual de cada aluno. A compreensão das etapas do desenvolvimento da escrita, da pré-alfabetização até a consolidação das habilidades de leitura e escrita, orienta a seleção de estratégias adequadas.

Portanto, as práticas pedagógicas devem ser flexíveis e alinhadas aos objetivos do sistema de escrita. Ao promover abordagens dinâmicas e centradas no aluno, os educadores podem desempenhar um papel crucial no desenvolvimento de habilidades de escrita sólidas e na promoção do gosto pela leitura e pela expressão escrita.

Assim, faz-se necessário a divulgação de ideias e estratégias pedagógicas voltadas para a alfabetização, com devido destaque e valorização aos professores que atingiram a maturidade profissional e dominam a docência.

Os professores experientes, que ao longo dos anos refinaram suas práticas, têm uma riqueza de conhecimento que merece ser compartilhada. Fomentar a divulgação dessas ideias não apenas enriquece a comunidade educacional, mas também valoriza a expertise desses profissionais, promovendo um ambiente de aprendizado contínuo.

Ao dar visibilidade às estratégias bem-sucedidas e abordagens inovadoras desenvolvidas por professores atuantes no ciclo de alfabetização, estamos não apenas reconhecendo seu mérito, mas também inspirando outros educadores. O reconhecimento por mérito não apenas motiva os professores a continuarem aprimorando suas práticas, mas também contribui para elevar o padrão da educação como um todo.

Nesse sentido, Alves e Pacheco (2009, p. 67) destacam que:

Muitas vezes, uma ação docente solitária de uma série ou turma de uma escola, mas, ao mesmo tempo potente e vanguardista porque desacomoda a própria lógica do trabalho individualizado, de uma maneira ou outra acaba produzindo efeitos no trabalho realizado em toda escola, principalmente porque destaca a autoria do professor.

Investir na divulgação de ideias pedagógicas e no reconhecimento de mérito não só enriquece o cenário educacional, mas também fortalece a comunidade de professores. É um passo vital para construir uma cultura de aprendizado colaborativo, onde a

experiência é valorizada e cada professor é incentivado a se tornar um investigador reflexivo de sua própria prática. Esse ciclo virtuoso não só beneficia os educadores individualmente, mas, em última instância, repercute positivamente na qualidade da educação proporcionada às crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há quem defenda que a criança deve aprender espontaneamente e “sem métodos”, porém o ensino da alfabetização e letramento requer uma instrução sistemática, oferecendo às crianças um caminho que possa ajudá-las a chegar ao objetivo sem tantas inseguranças. Vale dizer que sem um caminho ou método a jornada se torna mais demorada, longa e cheia de incertezas. A alfabetização e o letramento não são naturais, é preciso que sejam desenvolvidas nas crianças.

Ao longo da minha carreira como professora, vi a necessidade de criar algo novo, prático e eficaz para que os meus alunos evoluíssem no que tange a alfabetização e o letramento.

Sabendo que as crianças têm uma forma peculiar de se relacionar com o mundo, entendi que elas absorvem emoções e sentimentos de forma mais simples e entendi também que elas são ótimas em imaginar, então foi com isso que eu contei para atingir bons resultados. Algo que acredito é que para obtermos êxito na alfabetização de crianças temos que estimular a fantasia e imaginação, pois são excelentes instrumentos de aprendizagem nessa fase. A utilização de historinhas, bem além das tradicionais (como Chapeuzinho vermelho, Os três porquinhos), envolvendo, principalmente, as próprias letras, sílabas... em historinhas, oferecendo bastante detalhes para que essa imaginação seja despertada.

Marina Colasanti (2010), no artigo *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: alfabetização e letramento*, vem reforçar sobre a importância da imaginação:

“Nada mais fácil do que conduzir as crianças ao jogo literário. Elas vivem ainda no império do imaginário, com um pé na realidade e outro na fantasia (...) Espontaneamente aceitam a narrativa como aceitariam a realidade”.

Assim como as crianças tem a facilidade de imaginar uma narrativa literária, elas também têm facilidade de imaginar letras com sentimentos, cada letra com uma

personalidade, uma mais quieta, outra mais sapeca e vivendo várias situações. Nas estratégias que criei, coloco as letras como crianças e seus diversos modos de ser. As crianças acabam se identificando com uma ou outra letra, ou enxergando os colegas nas letras. Assim o aprendizado chega de forma leve, acessível e clara.

Gostaria de citar aqui uma das estratégias que é a “espada acento agudo”. Ela dá coragem a essas vogais medrosas: *e* e *o*. Quando essas vogais estão com a espada elas não tem medo de falar o nome verdadeiro. Com a espada, em uma estrada, sozinhos, ou no fim da fila, se alguém perguntar: Qual o seu nome? Elas vão falar bem forte: é, ó. Antes de chegar à espada acento agudo há muitas outras estratégias para envolver e engajar os alunos utilizando o que os alunos têm de forma rica e natural que é a imaginação.

Neste estudo foram entrevistados cinco professores que trabalham com alfabetização nas escolas da zona rural de Bom Lugar, Maranhão. Todos se empenharam em implementar o uso das estratégias de alfabetização, antes citadas. O engajamento dos alunos do 2º ano do ensino fundamental era marcante, refletindo-se no entusiasmo demonstrado durante as aulas e no aumento da participação nas atividades propostas. Além disso, as atividades eram desenvolvidas paralelamente ao ensino regular, em uma espécie de reforço escolar, proporcionando um ambiente ainda mais propício ao aprendizado. Esse método permitiu que os estudantes desenvolvessem suas habilidades de leitura e escrita de maneira significativa, evidenciada pelo considerável progresso em suas habilidades linguísticas ao longo do ano letivo. Os professores relataram perceber que tal método realmente funciona e que facilitou bastante o processo de alfabetização. Um citou situações ao aplicar tais estratégias: “Sempre que eu trabalhava a escrita de palavras e também frases lembrávamos a história do “e” que no final da fila, no meio da floresta escura, ficava com medo e se disfarçava de “i” ou lembrávamos dos *dois momentos de vida do H*, dentre vários outros exemplos de aplicação dessas estratégias”.

A mais recente evidência da eficácia do método em questão foi a evolução nos resultados obtidos nas avaliações externas estaduais em 2023 (SEAMA). As escolas de Bom Lugar conseguiram resultados bem satisfatórios comparados aos de anos anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo explorou a complexidade do processo de alfabetização no contexto brasileiro, ressaltando a importância de procedimentos explícitos e sistematizados para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita nas crianças. As práticas pedagógicas foram identificadas como elementos cruciais nesse processo, destacando a necessidade de abordagens flexíveis e adaptáveis, sensíveis ao desenvolvimento individual de cada aluno.

A pesquisa abordou as diversas fases históricas da alfabetização no Brasil, desde as primeiras iniciativas no século XIX até as transformações trazidas pelas teorias contemporâneas, como a psicogênese da escrita de Ferreiro e Teberosky. A crítica à desmotodização da escrita e a busca por métodos eficazes foram abordadas, especialmente diante dos desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro, refletidos nos baixos índices de habilidades em leitura e escrita.

Destacou-se a importância de reconhecer e valorizar as práticas pedagógicas eficazes, principalmente aquelas desenvolvidas por professores experientes. A divulgação dessas ideias foi apontada como essencial para enriquecer a comunidade educacional e motivar outros educadores a aprimorarem suas práticas. O reconhecimento por mérito e a reflexão sobre as próprias práticas foram apresentados como elementos-chave para construir uma cultura de aprendizado colaborativo, essencial para elevar o padrão da educação, especialmente no que diz respeito à aquisição de habilidades de leitura e escrita.

Vale ressaltar que as práticas pedagógicas desempenham uma função essencial no desenvolvimento do sistema de escrita em um ambiente educacional. A maneira como os educadores abordam e ensinam a escrita tem implicações significativas no processo de alfabetização das crianças. A abordagem pedagógica, quando centrada em métodos eficazes, pode ser um diferencial na aquisição de habilidades de leitura e escrita.

É evidente a necessidade de procedimentos explícitos, sistematizados e intencionais para assegurar o desenvolvimento das habilidades de decodificação e codificação nas crianças é destacada como fundamental no processo de alfabetização.

Portanto, faz-se necessário o reconhecimento e divulgação de estratégias pedagógicas na alfabetização, aliado à valorização dos professores experientes e à reflexão sobre práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Claudia; PACHECO, Suzana Moreira. Planejamento do ensino e alfabetização. *In*: RAPOPORT, Andrea et al. **A criança de seis anos: no ensino fundamental**. Porto Alegre, Mediação, 2009. p. 47-68.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 fev. 2024.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

MORTATTI, Maria do R. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: UNESP, 2000.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO María B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Magda. A reinvenção da Alfabetização. **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 9, n. 52, p. 1-21, jul/ago de 2003.

ZEICHNER, KENNETH M. A formação reflexiva de professores: ideias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.